

COMUNICADO FINAL

Os participantes do 2º Encontro de Arqueologia “Arquivo de Beja”, reunido nesta cidade em 12 e 13 de Abril de 2007, analisaram e discutiram diversos aspectos metodológicos e contextos de prática profissional da arqueologia urbana em Portugal, partindo da experiência de várias cidades – Beja, Braga, Porto, Lisboa e Lagos – e das perspectivas da Administração Central, de vários representantes do movimento associativo e de uma empresa de arqueologia.

O mote do colóquio, *Em torno da normalização...*, reflectiu a necessidade sentida nesta área profissional de partilhar experiências e discutir as soluções encontradas em diferentes municípios para dar resposta eficaz às questões da salvaguarda, estudo e valorização do património arqueológico.

Pela diversidade dos campos onde realiza a sua intervenção, que vão desde os aspectos regulamentares da gestão urbanística, ao inventário, prospecção e escavação arqueológica, arquivo de registos e espólios, valorização e musealização, divulgação, etc., a arqueologia municipal constitui um verdadeiro laboratório de ensaio de metodologias e de adequação às diferentes realidades sociológicas e do poder autárquico. Todavia, se esta pluralidade de perspectivas e modelos de actuação é um sinal da capacidade de adaptação dos arqueólogos às exigências dos contextos de exercício da sua profissão, é também recomendável que se encontrem plataformas metodológicas comuns que harmonizem critérios de intervenção e facilitem a troca de dados e o seu registo em sistemas de informação partilhados.

No momento em que se assiste à transformação do modelo de gestão do património arqueológico na Administração Central, com contornos orgânicos e regulamentares ainda pouco esclarecidos, é também oportuno que se aprofunde o debate sobre as questões epistemológicas, normativas e metodológicas que possam contribuir para uma prática arqueológica mais qualificada e eficaz, no sentido de valorizar os bens arqueológicos como recurso cultural fundamental do País.

Entre as questões debatidas, salientaram-se nomeadamente as seguintes:

- a necessidade imperiosa de cumprir a obrigação legal de executar inventários arqueológicos rigorosos, que possibilitem a elaboração de cartas de zonamento e a gestão do subsolo arqueológico, tanto no meio urbano como no rural, com vista a uma mais eficaz actuação de salvaguarda;

- a necessidade de que estes elementos se reflectam, com força legal e medidas de actuação precisas – prevendo a respectiva fiscalização e quadro de apoios, compensações e penalizações por eventual incumprimento de condicionantes impostas – nos instrumentos de gestão territorial aos mais diferentes níveis (planos directores municipais, planos de pormenor, de urbanização, etc.);

- a necessidade de encontrar formas de evitar a dispersão e assegurar a conservação, disponibilização aos investigadores e à comunidade dos bens móveis decorrentes dos

trabalhos arqueológicos, integrando obrigatoriamente, e em associação, os registos documentais provenientes desses trabalhos;

- a necessidade da gestão arqueológica estar articulada – sem perder a dimensão cultural da sua intervenção – com a gestão territorial e urbanística das Autarquias;

- a necessidade das Autarquias apoiarem, designadamente através de parcerias com entidades públicas e privadas, os trabalhos de investigação que contribuam para o conhecimento da história dos núcleos urbanos e da antropização dos territórios onde se inserem;

- a necessidade da revisão dos quadros legais e regulamentares no sentido de adequar a legislação do mecenato cultural a projectos de pequena e média dimensão, possibilitando assim a reunião de apoios locais e de pequenas empresas;

Neste sentido, apela-se à iniciativa dos Municípios com serviços próprios de arqueologia, à Associação Profissional de Arqueólogos e outras entidades para que promovam iniciativas concretas, sobre temas específicos, de onde deverão resultar documentos e propostas de trabalho, relacionados com os processos e metodologias de salvaguarda, estudo e valorização do património arqueológico em contexto municipal.

Por último, os participantes dirigem uma saudação particular à Câmara Municipal de Beja pela iniciativa deste Encontro, que surge na linha de uma intervenção qualificada e consolidada de protecção e valorização dos bens arqueológicos do Concelho, apoiada por acções de divulgação em larga escala de que é exemplo oportuno o feliz relançamento da prestigiada revista *Arquivo de Beja*, a que se augura longa e profícua continuidade.

Texto aprovado na última sessão do Colóquio.

Beja, 13 de Abril de 2007